



# Anais da Assembléia

Nº 97

CURITIBA, QUARTA-FEIRA, EM 16 DE AGOSTO DE 1995

ANO XXI

## Mesa Diretora

**ANIBAL KHURY**

Presidente - PTB

**LUIZ CARLOS ZUK**

1º Vice-Presidente - PDT

**NEIVO BERALDIN**

2º Vice-Presidente - PP

**LUIZ CARLOS MARTINS**

1º Secretário - PDT

**NELSON GARCIA**

2º - Secretário - PFL

**EDGARD BUENO**

3º Secretário - PSDB

**JOÃO TECHI**

4º Secretário - PPR

**ABIB MIGUEL**

Diretor Geral

## Lideranças

Governo .....	Deputado ALGACI TÚLIO
PDT .....	Deputado VALDIR LUIZ ROSSONI
PMDB .....	Deputado CAÍTO QUINTANA
PFL .....	Deputado ÉLIO RUSCH
PT .....	Deputado ÂNGELO VANHONI
PP .....	Deputado SÉRGIO SPADA
PPR .....	Deputado CÉSAR SELEME
PSC .....	Deputado JOCELITO CANTO
PTB .....	Deputado NELSON JUSTUS
PSDB .....	Deputado CEZAR SILVESTRI

## Representação Partidária

PMDB - 12: Orlando Pessuti - José D. Mattos do Amaral - Cleiton Kielse - Nereu A. de Moura - Renato G. Adur - Ricardo Chab - Caíto Quintana - José Maria Ferreira - Celso Samis da Silva - Toti Colaço - José Tavares S. Neto - Luiz Cláudio Romanelli; PP - 10: Albanor J. F. Gomes - Duffio Genari - Irondi Pegliesi - Geraldo Cartário Ribeiro - Antonio Annibelli - Sérgio Spada - Augustinho Zucchi - Joel G. Coimbra - Neivo Beraldin - Edson Silva Lino; PDT - 10: Algaci Tulio - Antonio Belinati - Luiz Carlos Martins - Luiz Carlos Zuk - Luiz R. Accorsi Motta - Edno Guimarães - Valdir Rossoni - Milton J. Pupio - Nelson Tureck - Walmor Trentini; PTB - 06: Luiz Carlos Alborghetti - Marcos Alves - Anibal Khury - Nelson Justus - Eduardo Trevisan - Hernes Brandão; PFL - 06: Carlos Simões - Nelson Garcia - Reny Borsato - Élio Lino Rusch - Plauto Miró Guimarães - Basílio Zanusso; PT - 05: Emerson Nerone - Irineu Mário Colombo - Florivaldo Fiar (Dr. Rosinha) - Péricles H. Mello - Angelo Vanhoni; PSDB - 03: Edgar Bueno - Beto Richa - Cezar Silvestri; PPR - 02: João T. Filho - César A. Seleme; PSC - 01: Jocelito Canto.

1.<sup>a</sup> SESSÃO LEGISLATIVA DA 13.<sup>a</sup> LEGISLATURA  
ATA DA 15.<sup>a</sup> SESSÃO EXTRAORDINÁRIA  
REALIZADA EM 16 DE AGOSTO DE 1995

(QUARTA-FEIRA)

Presidência do Senhor Deputado Anibal Khury, secretariada pelos Senhores Deputados Luiz Carlos Martins e Luiz Carlos Alborghetti.

As quinze horas e trinta minutos, é registrada a presença dos seguintes Senhores Deputados: Anibal Khury, Luiz Carlos Zuk, Neivo Beraldin, Luiz Carlos Martins, Nelson Garcia, Edgard Bueno, Techy Filho, Albanor Gomes, Algaci Túlio, Ângelo Vanhoni, Antônio Belinati, Antonio Annibelli, Augustinho Zucchi, Basílio Zanusso, Beto Richa, Caíto Quintana, Carlos Simões, César Seleme, Cezar Silvestri, Duílio Genari, Durval Amaral, Edno Guimarães, Edson Lino, Eduardo Trevisan, Élio Rusch, Emerson Nerone, Doutor Rosinha, Geraldo Cartário, Irineu Colombo, Irondi Pugliesi, Joel Coimbra, José Marcos Alves, José Maria Ferreira, José Tavares, Jocelito Canto, Luiz Accorsi, Luiz Carlos Alborghetti, Luiz Cláudio Romanelli, Milton Puppio, Nelson Justus, Nelson Tureck, Nereu Moura, Orlando Pessuti, Péricles Mello, Plauto Miró Guimarães, Reny Borsatto, Ricardo Chab, Sâmis da Silva, Sérgio Spada, Toti Colaço, Valdir Rossoni e Walmor Trentini (52). Achando-se ausentes os seguintes Senhores Deputados: Cleiton Kielse e Renato Adur (02).

Verificada a existência de número legal, o Senhor Presidente declara aberta a

S E S S Ã O.

O SR. PRESIDENTE (Anibal Khury) - Sob a proteção de Deus, iniciamos os nossos trabalhos.

O SR. 2º SECRETÁRIO - Procede à leitura da Ata da sessão anterior, a qual é aprovada sem observações.

O SR. 1º SECRETÁRIO - Procede a leitura do seguinte

E X P E D I E N T E:

Emendas:

EMENDA ADITIVA DE PLENÁRIO AO  
PROJETO DE LEI Nº 289/95

Acresce-se ao Projeto de Lei sob nº 289/95 os seguintes artigos:

Art. 6º - A maior remuneração dos servidores públicos dos Três Poderes, dos membros do Poder Judiciário, do Ministério Público e do Tribunal de Contas, respeitado o Limite máximo percebido como remuneração, no mesmo período, em espécie, por

Secretário de Estado não poderá exceder a vinte vezes a remuneração mínima estipulada para o nível inicial do quadro geral do Poder Executivo, com jornada de quarenta horas semanais, sem ressalva de qualquer natureza, ainda que de caráter pessoal.

Art. 7º - Os Poderes Legislativo, Judiciário e Executivo adequarão, no prazo de sessenta dias, as suas tabelas ao disposto nesta Lei, tendo como referência máxima os valores pagos pelo Poder Executivo, nos termos do preceituado no inciso XII do art. 27 da Constituição do Paraná.

Parágrafo Único - As parcelas que depois de 60 (sessenta) dias referidos no "caput" deste artigo continuarem excedendo os valores pagos pelo Poder Executivo, serão mantidas como diferença individual, em valor fixo e irreeajustável.

Sala das Sessões, em 16.08.95.

(aa) ÂNGELO VANHONI

EMERSON NERONE

DOCTOR ROSINHA

IRINEU COLOMBO

PÉRICLES MELLO

JUSTIFICATIVA:

A emenda visa atender a preceito constitucional disposto na Carta Federal em seu art. 37, inciso XI e Estadual, 27, XI, que fixam regras e balisamentos que devem ser observados por lei específica da Administração estadual, ao disciplinar a remuneração dos respectivos servidores.

O objetivo é o afastamento de marcantes diferenças de níveis salariais, através de determinação de relação de valor entre a maior e menor remuneração dos servidores públicos. O texto constitucional avocado, determina o limite máximo para a maior retribuição, restando à lei estipular valor igual ou inferior, a que oportunamente o fazemos através da presente emenda.

Assinala-se que nos termos do dispositivo constitucional, o limite máximo a ser considerado é o valor percebido como remuneração, em espécie, a qualquer título, ou seja o vencimento do cargo, acrescido de todas as vantagens (gratificações, representações, adicionais e jetons) percebidos em pecúnia. O mesmo se diga em relação ao valor da retribuição dos servidores que deve ficar contido naquele limite.

EMENDA ADITIVA DE PLENÁRIO DE Nº 02,  
AO PROJETO DE LEI Nº 289/95

Acrescente-se ao Art. 1º, do Projeto de Lei sob nº 289/95, o seguinte parágrafo único:

§ 1º - A partir de 1º de setembro do corrente ano, o salário dos servidores públicos civis, ativos e inativos serão reajustados no mesmo percentual concedido aos Secretários do Estado e assessores, em

Curitiba, quarta, em 16.08.95

março de 1995, como forma de cumprimento do art. 27, incisos X e XI da Constituição do Paraná e 37, X e XI da Federal, que vedam distinções de índices entre servidores públicos e que determinam limites máximos e mínimos entre remunerações em espécie, a qualquer título.

§ 2º - Dependendo do orçamento do Estado, o reajuste referido no parágrafo anterior, neste art. 1º, poderá ser retroativo ao mês de março, data em que foi concedido, conforme despacho governamental publicado no Diário Oficial de 31 de março de 1995.

Sala das Sessões, em 16.08.95.

(aa) ANGELO VANHONI

EMERSON NERONE

DOUTOR ROSINHA

IRINEU COLOMBO

PÉRICLES MELLO

#### JUSTIFICATIVA:

A emenda visa a aplicação de dispositivos da Constituição Federal e Estadual, leis maiores da República, e que não foram observados pelo titular do Poder Executivo Estadual. Ao conceder reajustes diferenciados a secretários e assessores especiais, em março do corrente ano, via despacho, o governador acabou por discriminar os demais servidores estaduais. Impende ressaltar que os arts. 37, X e XI e 27, XI, originários das Cartas Federal e Estadual, ora avocados, buscam fixar uma diretriz de igualdade, que deve ser cumprida pelas pessoas de direito público, caso concreto, o Estado do Paraná, bem como afastar marcantes diferenças entre níveis salariais.

Portanto, a emenda, de forma alguma pode ser considerada inconstitucional, a partir do momento que foi elaborada com o escopo de cumprimento da Constituição. Ao contrário, ela é oportunamente apresentada para possibilitar correção de injustiça, de ilegalidade e inconstitucionalidade, concretizadas no início do ano, e que beneficiaram apenas os servidores mais próximos do Poder.

PROJETO DE LEI N° 289/95

EMENDA ADITIVA DE PLENÁRIO N° 03

Art. 1º - Fica instituída a gratificação de Fiscalização Agropecuária aos Técnicos que prestam serviços no Departamento de Fiscalização - DEFIS, da Secretaria da Agricultura e do Abastecimento - SEAB.

Parágrafo Único - A gratificação de Fiscalização Agropecuária que se refere este artigo será concedida aos servidores com carga horária de 40 (quarenta) horas semanais.

Art. 2º - A Gratificação de que se trata a presente lei, corresponde a:

- 150% (cento e cinquenta por cento) do vencimento básico para o servidor de nível superior beneficiário.

- 100% (cem por cento) do vencimento básico para o servidor de nível médio/operacional beneficiário.

- 80% (oitenta por cento) do vencimento básico para o servidor de nível administrativo beneficiário.

Art. 3º - A Gratificação a que se refere o Art. 1º será paga em conjunto de forma não cumulativa, com outras gratificações.

Art. 4º - A gratificação de Fiscalização Agropecuária integrará os proventos de aposentadoria do servidor na proporção de 1/35 (um trinta e cinco avos) para os homens e 1/30 (um trinta avos) para as mulheres.

Parágrafo Único - Nos casos de invalidez permanente causados por acidentes de trabalho ou doenças profissionais, conforme art. 35, inciso I da Constituição Estadual, e nos casos de morte do funcionário resultante do exercício da atividade, a gratificação de que trata este artigo incorporará-se integralmente aos proventos da inatividade ou pensões.

Sala das Sessões, em 16.08.95

(a) ORLANDO PESSUTI

Apoiamento: Ricardo Chab, José Maria Ferreira, Augustinho Zucchi, Toti Colaço.

#### JUSTIFICATIVA:

- Os funcionários do DEFIS, por serem funcionários públicos regidos por estatuto são obrigados a cumprir 8 horas de trabalho.

- As atividades de fiscal agropecuário, pela natureza de sua atividade necessita ter dedicação exclusiva à função.

- A natureza da fiscalização que tais profissionais exercem é insalubre pois estão diretamente em contato com materiais transmissores de doenças como sangue, agente vivo para laboratórios, ou produtos químicos como agrotóxicos.

- A ação fiscalizatória envolve apreensões, condenações, aplicação de multas e até mesmo interdições de estabelecimentos ou confisco de produtos o que gera a reação do infrator com ameaças de toda forma, inclusive com tentativa de suborno.

- A fiscalização do DEFIS é a responsável pela defesa sanitária da agropecuária paranaense, bem como pela inspeção sanitária e industrial dos produtos de origem animal e vegetal, preservando desta forma a qualidade dos produtos produzidos no Paraná.

- Através da defesa e da inspeção sanitária exercida pelo DEFIS o mercado in-

ternacional vem aceitando os produtos de origem animal produzidos no Paraná.

- A qualidade das ações do DEFIS é reconhecida nacional e internacionalmente. Sendo tomadas como modelo para diversos estados brasileiros.

- A atividade de fiscal por si só restringe ao mercado de trabalho.

- A fiscalização, como em outros setores, visa também aumentar a arrecadação.

- Todas as ações dos "fiscais" visam basicamente a saúde pública.

- Há um grande desestímulo entre os funcionários do DEFIS, em função das baixas remunerações e falta de reconhecimento das atividades profissionais.

PROJETO DE LEI N° 289/95  
EMENDA MODIFICATIVA DE PLENÁRIO N° 04

Parágrafo Único - O Artigo 1° do referido Projeto de Lei, passa a ter a seguinte redação:

"Art. 1° - Os níveis de vencimentos dos cargos efetivos, em comissão e as funções gratificadas dos serviços civis, ativos e inativos, bem como os salários do pessoal regido pela Consolidação das Leis do Trabalho, da Administração Direta e das Autarquias do Poder Executivo, o soldo dos integrantes da Polícia Militar, os níveis de vencimentos do Magistério Público Estadual de 1° e 2° Graus ficam reajustados em 100% (cem por cento)."

Sala das Sessões, em 16.08.95

(aa) LUIZ CLÁUDIO ROMANELLI

EMERSON NERONE

RENATO ADUR

DOUTOR ROSINHA

EDSON SILVA LINO

ALBANOR GOMES

ORLANDO PESSUTI

PÉRICLES DE MELLO

TOTI COLAÇO

ÂNGELO VANHONI

CAÍTO QUINTANA

DURVAL AMARAL

PROJETO DE LEI N° 289/95  
EMENDA ADITIVA DE PLENÁRIO N° 05

Acrescente-se, onde couber, o seguinte artigo ao Projeto de Lei n° 289/95:

"Art. - Os níveis de vencimentos dos cargos efetivos de nível superior, dos servidores ativos e inativos, bem como os salários do pessoal regido pela Consolidação das Leis do Trabalho, também de nível superior, da Administração Direta e das Autarquias do Poder Executivo, terão como salário básico o mesmo valor atribuído como piso salarial nacional, para cada categoria funcional."

Sala das Sessões, em 16.08.95

(aa) CAÍTO QUINTANA

ORLANDO PESSUTI

TOTI COLAÇO

RICARDO CHAB

JOSÉ MARIA FERREIRA

PROJETO DE LEI N° 289/95  
EMENDA ADITIVA DE PLENÁRIO N° 06

Acrescente-se, onde couber, o seguinte Artigo ao Projeto de Lei n° 289/95:

"Art. - O piso salarial dos profissionais do ensino, a que se refere o Art. 206, inciso V, da Constituição Federal, passa a ser de R\$ 210,00 (duzentos e dez reais), para uma carga de 20 horas semanais, a partir do mês de outubro de 1995.

Parágrafo Único - Para atingir o piso salarial, referido no "caput" deste Artigo, o vencimento básico terá reajuste de 18,4% no mês de setembro e de 18,4% no mês de outubro."

Sala das Sessões, em 16.08.95

(a) CAÍTO QUINTANA

Apoiamento: Toti Colaço, Orlando Pessuti, José Maria Ferreira, Durval Amaral, Renato Adur, Nereu Alves de Moura, Ricardo Chab.

JUSTIFICATIVA:

A Emenda ora apresentada tem como embasamento o fato incontestável de que a melhoria da educação está em relação direta à melhoria salarial dos professores.

Nesta linha, e considerando a manifestação preocupação do Governo quanto a reposição do poder aquisitivo do professor, procuramos, através da presente proposta, que o piso salarial profissional nacional da classe seja o alvo a ser atingido no Estado, até outubro do corrente ano.

Vale ressaltar que Estados como Mato Grosso e Espírito Santo, com atividades econômicas não tão significativas quanto às do Paraná, já estão tratando da efetivação de tal medida, o que atesta que é viável e possível a sua implantação aqui no Estado do Paraná.

Requerimento:

REQUERIMENTO N° 2269

Senhor Presidente.

O Deputado que o presente subscreve, no uso de suas atribuições regimentais e, com fundamento no disposto pelo artigo 187, § 4° do Regimento Interno, REQUER, após ouvido o Plenário, dispensa de discussão e votação da redação final aos projetos aprovados em 2ª discussão, constantes da Ordem do Dia da presente sessão, que não tenham sofrido emendas no curso de sua tramitação.

Sala das Sessões, em 16.08.95

(a) LUIZ CARLOS ALBORGHETTI

O SR. PRESIDENTE (Anibal Khury) - Está en-

cerrada a Hora do Expediente.  
Passa-se à

# ORDEM DO DIA:

com a presença de 52 Srs. Deputados.

Sobre a mesa, Emendas Aditivas de Plenário de n.ºs 01, 02 e 03, bem como a de n.º 04 sendo Modificativa e as de n.ºs 05 e 06 Aditivas ao Projeto de Lei n.º 289/95, de autoria dos Srs. Deputados Ângelo Vanhoni, Emerson Nerone, Doutor Rosinha, Irineu Colombo, Péricles de Mello, Orlando Pessuti, Luiz Cláudio Romanelli e Caíto Quintana, constantes do expediente, devidamente apoiadas: **Constituem-se em Projetos de Lei, em separado.**

Passaremos à apreciação da matéria constante da Ordem do Dia, conforme avulso distribuído aos Srs. Deputados.

## ITEM 01

2.ª DISCUSSÃO - do Projeto de Lei n.º 167/95, de autoria do Deputado João Techy Filho, que autoriza o Poder Executivo a estadualizar a estrada intermunicipal que liga os Municípios de Imbituva e Teixeira Soares. **PARECERES FAVORÁVEIS DA C.C.J. E C.O.P.T.C.. Aprovado, artigo por artigo.**

## ITEM 02

2.ª DISCUSSÃO - do Projeto de Lei n.º 181/95, de autoria do Deputado Carlos Simões, que concede o Título de Cidadão Honorário do Paraná ao Senhor Vilson José de Castro Gamborgi. **PARECER FAVORÁVEL DA C.C.J.. Aprovado, artigo por artigo.**

## ITEM 04

2.ª DISCUSSÃO - do Projeto de Lei n.º 220/95, de autoria do Deputado Geraldo Cartário, que concede o Título de Cidadão Honorário do Paraná ao Senhor Severino Félix Pessoa. **PARECER FAVORÁVEL DA C.C.J.. Aprovado, artigo por artigo.**

## ITEM 05

2.ª DISCUSSÃO - do Projeto de Lei n.º 289/95, de autoria do Poder Executivo - Mensagem n.º 052/95, que objetiva reajustar, em 10% (dez por cento) a partir do dia 1.º de agosto de 1995, os níveis de vencimentos dos cargos efetivos, em comissão e das funções gratificadas dos servidores civis, ativos e inativos, bem como o salário do pessoal, regido pela Consolidação das Leis do Trabalho, da Administração Direta e das Autarquias do Poder Executivo, o soldo e as funções gratificadas dos integrantes da Polícia Militar do Estado, os níveis de vencimentos do Magistério Público Estadual de 1.º e 2.º Graus e a remuneração de Secretário de Estado, vigen-

tes em março de 1995. **PARECERES FAVORÁVEIS DA C.C.J. E C.F..**

Sobre o referido projeto, Emendas da Bancada do PT, do Deputado Orlando Pessuti, Deputado Romanelli e Caíto Quintana. Em número de seis. Todas as Emendas alteram a despesa. De acordo com o artigo 66 e 68, da Constituição do Estado e § 4.º, Artigo 124 do Regimento Interno, deixo de receber as emendas, transformando-as em projeto à parte.

Em votação o projeto.

O SR. IRINEU COLOMBO (Pela Ordem) - Pediria que fossem lidas as Emendas para que os demais Pares tomassem conhecimento do conteúdo delas.

O SR. ORLANDO PESSUTI - Já que as mesmas serão transformadas em projeto à parte, preciso de apoio.

O SR. PRESIDENTE (Anibal Khury) - Vai ser procedida a leitura das Emendas.

O SR. 2.º SECRETÁRIO (Luiz Carlos Alborghetti) - Procede à leitura das emendas.

O Sr. Ângelo Vanhoni (Pela Ordem) - Senhor Presidente.

Acho que a Assembléia Legislativa do Estado do Paraná, tem que fazer uma reflexão. Distante um pouco desta luta entre os Deputados que entendem que a política do Governo, os números que a Secretaria da Fazenda está apresentando, no que diz respeito a arrecadação, independente de ser aprovado os 10% ou não ser aprovado os 10%. Independente da aprovação das Emendas que estão em discussão hoje.

Acho que é dever da Assembléia em conjunto com os Deputados, tentar fazer uma reflexão para fazer com que o Governo possa superar a crise que está passando do ponto de vista de arrecadação. Mas sobretudo tentar a Assembléia, forjar alguma política que faça com que os servidores do Estado do Paraná também possam superar a crise profunda em que passam em função dos seus vencimentos estarem terrivelmente achatados. Gostaria de alertar os Deputados de que os professores estão deflagrando uma Campanha a nível de Estado do Paraná, para talvez na semana que vem deflagrar um movimento pederista. Uma greve de 80 mil professores.

O Governo do Estado sabe que essa greve, e acho que o conjunto da população sabe que essa greve só traz problemas tanto para o Governo do ponto de vista de impasse salarial, do ponto de vista de impasse político, essa categoria fez um esforço muito grande para que no Palácio

Iguaçu estivesse hoje sentado na cadeira de Governador o Senhor Jaime Lerner, para que os Secretários que hoje estão na condução das pastas da Educação, o ex-Deputado Paulo Maia, hoje Presidente do Conselho Estadual de Educação, para que os Secretários estivessem hoje assumindo a responsabilidade de Governo, em muito se deve ao trabalho de cerca de 55% dos servidores públicos municipais, que mais do que acreditar numa reposição salarial, acreditaram numa proposta de Governo, acreditaram de que esperanças, de que reivindicações antigas dos servidores do Estado do Paraná estariam, teriam um lugar privilegiado nas discussões e na política do Governo do Estado.

E no entanto, o que temos assistido é até agora uma verdadeira; não há resposta ao silêncio, não há resposta, o Governo está completamente mudo diante das insistentes reivindicações e de apelos dos professores para que se abram uma perspectiva de negociação. Deputado Valdir Rossoni, Líder do PDT, Deputado Algaci Túlio, Líder do Governo e Bancada que dá sustentação ao Governo, os professores estão tendo uma atitude coerente, uma atitude que reflete hoje a grave crise econômica por que passa o Estado do Paraná, que passa o País, que passa o Governo do Estado através das dificuldades de arrecadação. E estão apresentando uma proposta para o Governo que diz o seguinte: além da reposição de um piso mínimo para garantir a dignidade dos professores e para garantir a dignidade da educação como prioridade de Governo e precisa ser restabelecida a sua dignidade, os professores estão apresentando uma proposta de que nos 38 meses daqui e agora, o governo, pelo menos dê 4,2% a título de reposição da dignidade da educação no Estado do Paraná.

Acho que esta proposta é uma proposta coerente. é uma proposta que tem uma base de discussão em função da realidade econômica que vive o Estado do Paraná, em função das dificuldades que vive o governo. A Bancada do PT Senhor Presidente, Senhores Deputados, está apresentando duas emendas neste projeto.

A primeira emenda - que a partir de 1º de setembro, que o Governo do Estado tenha como base a negociação - para o conjunto de servidores o mesmo tratamento que está sendo dado ao 1º escalão do governo.

Nesse sentido quero fazer um apelo ao Deputado Romanelli, para que retire a sua emenda que fixa um reajuste de 100%, ao conjunto de servidores e que apoie a emenda da Bancada do Partido dos Trabalhadores, que estabelece que a negociação, a partir de 1º de setembro com o governo, vai se dar nas bases em que foi colocado o reajuste para o primeiro escalão do gover-

no neste 1º semestre. Não é possível mais nós continuarmos com duas políticas. Aqueles que podem ganhar mais e aqueles que vão ganhar absolutamente nada. O Governo não pode continuar cometendo essas injustiças e apelo à Bancada do governo para que junto conosco, possamos intermediar negociações ao Palácio Iguaçu para que os professores tenham atendidas as suas reivindicações, que não é mais possível continuar com essa situação, porque senão, dia 30 essa Assembléia os Deputados estarão discutindo a greve dos professores no Estado do Paraná inteiro e acho que isso nenhum Deputado deseja, nenhum Prefeito deseja, nenhum cidadão deseja e muito menos os Professores desejam entrar em greve.

Por isso o apelo que faço à Bancada do Governo em relação aos professores e ao Deputado Romanelli que retira a sua emenda e fixa o reajuste de 100% e que apoie a emenda da Bancada do Partido dos Trabalhadores que estabelece claramente os patamares de negociação com o Governo do Estado, em função dos índices dados aos Secretários de Estado do Paraná.

O SR. ROMANELLI (Pela Ordem).

O SR. PRESIDENTE (Anibal Khury) - Antes de conceder a palavra a V.Exa., a Mesa mantém a sua decisão.

As emendas serão transformadas em projeto à parte por infringir os artigos 66 e 68, § 4º do Regimento Interno.

O SR. CAÍTO QUINTANA (Pela Ordem) - Sr. Presidente respeito a opinião de V. Exa., mas o conteúdo das emendas, de muitas delas, não fere o conteúdo do Artigo 66. A de número 1, uma delas. Uma emenda minha estipula o piso salarial sem fixar valores, mas acredito que polemizar - vou ter essa opinião na avaliação do artigo e V.Exa., certamente apoiado pelo Dr. Celso, o "mágico de Oz", gostaria que ficasse transparente a democratização do poder. Recorro da opinião de V.Exa. para o Plenário, para que possamos acatar as emendas e discutí-las no dia de hoje.

O SR. PRESIDENTE (Anibal Khury) - Atendo ao requerimento do Deputado Caíto Quintana e vou submeter a voto a decisão da Mesa.

Os Senhores Deputados que apóiam a decisão da Mesa de transformar as emendas apresentadas por alterarem as despesas em projeto à parte, queiram levantar-se.

Trinta Senhores Deputados aprovam a decisão da Mesa.

Os Senhores Deputados que não aprovam a decisão da Mesa queiram levantar-se.



O SR. CAÍTO QUINTANA - Presidente, não é que não aprovam. Nós discordamos.

O SR. PRESIDENTE (Anibal Khury) - Aprovada a decisão da Mesa... não aprovam. Está aprovada a decisão da Mesa.

O SR. IRINEU COLOMBO (Pela Ordem) - Recorro novamente ao Plenário, o senhor colocou em votação as emendas que alteram os valores. A emenda nº 1 apresentada pelo PT, em momento algum estabelece valores, mas sim os tetos como manda a legislação. Recorro da decisão anterior e não da decisão tomada, agora, que era só sobre as emendas que alteravam valor.

O SR. PRESIDENTE (Anibal Khury) - Matéria vencida.

O SR. LUIZ CLAUDIO ROMANELLI - Sr. Presidente, queria na verdade antes que V.Exa. colocasse em votação, que não considerasse a minha emenda como um projeto a parte: Porque gostaria de retirá-lo e me somar apoiando a emenda apresentada pela Bancada do PT. Porque a do PT, a emenda é muito melhor que a minha. Porque a minha, na verdade, ela única e exclusivamente entendia ao conjunto do funcionalismo público o benefício que S.Exa. o Sr. Governador deu àqueles que exercem cargos em Comissão. Não os Secretários de Estado que tiveram 242% de reajuste, mas os DAS, que tiveram 100% de reajuste.

Mas retiro a minha proposta e faço um apelo à Bancada que dá apoio ao Governo. Que seja ela coerente com o discurso que pregou nos últimos 8 anos. O Estado vive o seu melhor momento de receita, a melhor receita da sua história. Por isso é que o Governador Lerner deve cumprir as promessas da campanha eleitoral. O percentual do comprometimento da folha é menor do que nos governos do PMDB. Por isso é que o Governador, agora, deve com clareza, dizer à sua bancada que deseja dar um salário digno para os servidor público estadual.

O SR. PRESIDENTE (Anibal Khury) - Emenda retirada pelo autor. Vou submeter a votos o Projeto nº 289/95. Aprovado.

Há requerimento solicitando a dispensa de redação final. Aprovado.

O SR. ALGACI TÚLIO (Pela Ordem) - As Bancadas de apoio ao Governo, nesta Casa. deixam bem claro aos funcionários públicos, aos sindicatos, aos Srs. Deputados de Oposição que não comemora uma vitória da aprovação dos 10% porque entende que esse não é o índice ideal, neste momento, para os servidores públicos. Mas referenda uma posição do Governador Jaime Lerner de uma situação difícil no Estado do Paraná e que

há de receber a compreensão dos senhores servidores. No sentido de que, a partir do momento em que a arrecadação melhora, as suas condições, o Governador em setembro, certamente, já estará tendo uma avaliação da proposta da Campanha Cidadão Nota 10. As Bancadas de Situação do Governo se juntam, neste momento, em solidariedade aos servidores, sim.

Porque durante 12 anos esta Bancada esteve do outro lado, reivindicando, como faz hoje a Bancada de Oposição e nós respeitamos isso.

Tanto que peço a Vossas Excelências a cópia das emendas para que leve ao Governador, para que ele reconheça o esforço da Oposição e até mesmo analise algumas emendas que possam ser aproveitadas nessa política salarial que pretende implantar o Governador Jaime Lerner.

Deixo aqui bem clara esta situação. Entendemos que o momento é difícil para o Estado do Paraná. Esperamos uma melhor arrecadação e somos solidários à situação dos servidores. Mas o Estado do Paraná ainda é um dos poucos ou quem sabe o único Estado que ainda está dando aumento salarial para os servidores e que está honrando compromissos. Porque de nada adiantaria dar 20, 30, 40% e não ter o dinheiro em caixa para fazer o pagamento.

Portanto, queremos deixar aqui bem claro esta posição: não comemoramos nenhuma vitória nem o Governo vai comemorar vitória, mas vai apenas referendar um momento de situação do Estado do Paraná.

O SR. ANGELO VANHONI - (Pela Ordem) - Gostaria de fazer um convite ao Deputado Algaci Túlio, porque o Deputado Algaci Túlio e o Governo, inclusive tem uma campanha na televisão de arrecadação, Cidadão Nota 10, tem sistematicamente afirmado de que o Estado está numa situação crítica, de que não arrecada, de que tem tido problemas de caixa, vários Secretários estão se queixando, tenho visto notícias do jornal.

Deputado Algaci Túlio, a informação que eu tenho é de que a arrecadação do Estado do Paraná, nesses seis meses em nada deve a um ano e meio de arrecadação de 93 e 94.

Então, estou questionando os números que o seu Governo tem apresentado sistematicamente para a população deste Paraná e convoco o Senhor a trazer o Secretário das Finanças, da Fazenda, para vir demonstrar a queda dos números da Receita da arrecadação, do ICMS, dos últimos 6 meses, nos últimos sete meses no Estado do Paraná. Se isto for verdade Vossa Excelência terá o nosso beneplácito.

Questiono profundamente o Governo do Estado, está mentindo sistematicamente para a população do Estado do Paraná.

Não caiu a Receita. Não caiu a Receita. pelo contrário.

O SR. LUIZ CARLOS ROMANELLI (Pela Ordem) -

Até porque seguramente eu gostaria que o Deputado Algaci Túlio concordasse ou discordasse da proposta que vou fazer.

O Deputado Angelo Vanhoni levantou uma questão que é absolutamente procedente, que em nenhum momento da história do Governo do Paraná, como nesses últimos sete meses, o Governo teve a Receita que tem. É a maior Receita da história do Estado do Paraná.

Três ou quatro meses do ano passado foram equivalentes a isto, mas é a maior Receita da História do Paraná.

Queria dizer a Vossa Excelência que o Governo está sofismando aos Senhores Deputados, quando manipula números e informa que não tem dinheiro. Se não tem dinheiro está fazendo o que com o dinheiro? É uma boa pergunta.

Mas eu queria, Deputado Algaci Túlio, fazer uma proposta a Vossa Excelência; vou encaminhar na Sessão Plenária de amanhã, um pedido de informação para que a Receita Estadual informe, entre Receita Estadual e Fundo de Participação dos Estados, o que foi transferido, o que foi de Receita do Paraná exatamente por transferência da União e por ICMS nos últimos doze anos, inclusive, claro, esses primeiros sete meses, transformados isto por uma moeda que é claro que é a referência para todos nós, que é o dólar comercial.

Os Senhores vão ver como é alta a receita que hoje tem o Governo do Paraná.

Eu queria que Vossa Excelência Deputado, me apoiasse nesse pedido de informação para esclarecer aos Senhores Deputados.

O SR. ALGACI TÚLIO - Senhor Presidente, o Governador tem jogado bem claro, jogado aberto, e até na primeira ocasião em que ocorreu o encontro do Governador com os Sindicatos, ele colocou a Secretaria da Fazenda à disposição e pediu aos professores, aos sindicatos que mandassem os técnicos do DIEESE acompanhar a arrecadação do Estado.

O Governador não está mentindo, Deputado Vanhoni.

É a realidade que está aí. Vivemos hoje numa recessão violentíssima que ninguém desconhece isto e vivemos sem a inflação galopante que tínhamos em anos passados

que acabava mascarando a arrecadação do Estado.

A verdade é a seguinte, todos temos a obrigação de empunharmos a bandeira de melhor arrecadação do Estado. Após isto sim vamos procurar e esta é a política e é o desejo do Governador Jaime Lerner, pagar melhor os seus servidores.

O SR. IRINEU COLOMBO (Pela Ordem) - Gostaria apenas de dizer ao Deputado Algaci Túlio que uma coisa o Governo pode fazer, publicar pelo menos a lista para nós Deputados dos funcionários do Governo do Estado que é obrigação constitucional que não cumpriu até agora. A partir daí o DIEESE pode começar uma fiscalização. Sem isto é impossível começar uma fiscalização. E outra, nós poderemos, até a bancada de Oposição, um dia quem sabe apresentar uma emenda até baixando o índice de reajuste, sabe por quê? Se nós realmente ficarmos satisfeitos com a justificativa a partir do momento em que a administração seja transparente, tanto na questão tributária, como na questão da administração dos empregos públicos no Estado do Paraná e na Secretaria de cargos em comissões. A partir daí nós começaremos a analisar como pede a situação toda essa questão de aumento do funcionário público. Quanto está arrecadando e quanto está se gastando. Então, faço um apelo a Vossa Excelência que pelo menos dê a nós Deputados um instrumento que é a lista dos funcionários públicos do Estado do Paraná para que nós possamos discutir com pé de igualdade.

O SR. PRESIDENTE (Anibal Khury) - Artigo 105 do Regimento Interno: O Presidente não poderá recusar a palavra ao Deputado que solicitar pela ordem, mas poderá caçá-la desde que o orador não indique desde logo o artigo do Regimento Interno que está sendo desobedecido na margem dos trabalhos.

O SR. PRESIDENTE (Anibal Khury) - Sobre a mesa, requerimento nº 2269, de autoria do Sr. Deputado Luiz Carlos Alborghetti, constante do expediente. **Aprovado.** A Diretoria Legislativa.

Nada mais havendo a tratar, declaro encerrada a presente sessão extraordinária.

Levanta-se a sessão.